

**MICROEXPANSÕES TERRITORIAIS E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: UMA ABORDAGEM
MULTIESCALAR SOBRE IMPACTOS INVISIBILIZADOS**

**TERRITORIAL MICRO-EXPANSIONS AND SOCIO-ENVIRONMENTAL
CONFLICTS IN THE AMAZON: A MULTISCALE APPROACH TO INVISIBLE
IMPACTS**

**MICROEXPANSIONES TERRITORIALES Y CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES
EN LA AMAZONÍA: UNA APROXIMACIÓN MULTIESCALAR A LOS IMPACTOS
INVISIBLES**

**Sigrid Caterini Ferreira Ramos¹, Raylene Rodrigues de Sena², Izaura Rodrigues Nascimento³,
César de Souza Cavalcante⁴, Norton Carvalho de Barcellos⁵**

DOI: 10.54899/dcs.v23i86.4321

Recibido: 19/12/2025 | Aceptado: 16/01/2026 | Publicación en línea: 22/01/2026.

RESUMO

Este artigo analisa a centralidade das microexpansões territoriais na produção de conflitos socioambientais na Amazônia contemporânea, argumentando que pressões fragmentadas, invisíveis e cumulativas desempenham papel estruturante na reconfiguração espacial da região. A literatura clássica, centrada em megaprojetos, fornece importantes contribuições, mas mostra-se insuficiente para explicar os processos de transformação territorial que operam em escalas difusas e cotidianas. A partir de um referencial multiescalar que articula as contribuições de Becker, Castro, Zhou, Acselrad, Porto-Gonçalves, Milton Santos, Little e Fraser, o artigo propõe uma leitura integrada das dinâmicas territoriais. Quatro casos emblemáticos: Belo Monte, BR-319, garimpo no Médio Madeira e Hidrovia do Tapajós, são analisados como janelas privilegiadas para compreender a atuação das microexpansões, evidenciando como grandes obras catalisam, direta ou indiretamente, processos de ocupação dispersos que escapam ao radar da governança ambiental. Os resultados apontam que a invisibilidade institucional dessas dinâmicas reforça desigualdades históricas, amplia injustiças socioambientais e revela o esgotamento dos modelos tradicionais de comando e controle. O artigo conclui que reconhecer e cartografar as microexpansões territoriais é condição indispensável para qualquer projeto de justiça socioambiental e de governança eficaz na Amazônia do século XXI.

¹ Mestranda em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: sigrid.caterinirl@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5598-1613>

² Doutora em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: rsena@uea.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5263-6981>

³ Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: irnascimento@uea.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5508-8730>

⁴ Mestre em Direito da Regulação, Fundação Getúlio Vargas - Escola de direito do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: cesardesouzacavalcante@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4229-2630>

⁵ Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: nortoncarvalho@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5765-9353>

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais. Microexpansões Territoriais. Amazônia. Governança Ambiental. Megaprojetos. Justiça Socioambiental.

ABSTRACT

This article examines the centrality of territorial micro-expansions in shaping contemporary socio-environmental conflicts in the Brazilian Amazon, arguing that fragmented, invisible, and cumulative pressures play a decisive role in the region's ongoing spatial reconfiguration. While classical scholarship has emphasized the impact of large-scale infrastructure projects, such approaches are insufficient to account for the diffuse and everyday processes that structure territorial change. Drawing on a multiscale theoretical framework informed by Becker, Castro, Zhouri, Acselrad, Porto-Gonçalves, Milton Santos, Little, and Fraser, the article proposes an integrated lens through which to interpret Amazonian territorial dynamics. Four emblematic cases: Belo Monte, BR-319, gold mining along the Middle Madeira River, and the Tapajós Waterway, are analyzed as privileged entry points for understanding how megaprojects catalyze dispersed micro-expansions that largely escape institutional monitoring. Findings indicate that the institutional invisibility of such processes reinforces historical inequalities, deepens socio-environmental injustices, and exposes the limits of traditional command-and-control governance models. The article concludes that recognizing and mapping territorial micro-expansions is essential for any meaningful project of socio-environmental justice and for the development of effective governance instruments in the twenty-first-century Amazon.

Keywords: Socio-Environmental Conflicts. Territorial Micro-Expansions. Amazon. Environmental Governance. Megaprojects. Socio-Environmental Justice.

RESUMEN

Este artículo analiza la centralidad de las expansiones microterritoriales en la generación de conflictos socioambientales en la Amazonía contemporánea, argumentando que las presiones fragmentadas, invisibles y acumulativas desempeñan un papel estructurante en la reconfiguración espacial de la región. La literatura clásica, centrada en los megaproyectos, ofrece importantes contribuciones, pero resulta insuficiente para explicar los procesos de transformación territorial que operan a escalas difusas y cotidianas. Desde un marco multiescalar que articula las contribuciones de Becker, Castro, Zhouri, Acselrad, Porto-Gonçalves, Milton Santos, Little y Fraser, el artículo propone una lectura integrada de las dinámicas territoriales. Se analizan cuatro casos emblemáticos —Belo Monte, la BR-319, la minería en el Madeira Medio y la Hidrovía del Tapajós— como ventanas privilegiadas para comprender el papel de las microexpansiones, destacando cómo los proyectos a gran escala catalizan, directa o indirectamente, procesos de ocupación dispersos que escapan al radar de la gobernanza ambiental. Los resultados indican que la invisibilidad institucional de estas dinámicas refuerza las desigualdades históricas, amplifica las injusticias socioambientales y revela el agotamiento de los modelos tradicionales de mando y control. El artículo concluye que reconocer y mapear las microexpansiones territoriales es una condición indispensable para cualquier proyecto de justicia socioambiental y gobernanza efectiva en la Amazonía del siglo XXI.

Palabras clave: Conflictos Socioambientales. Microexpansiones Territoriales. Amazonía. Gobernanza Ambiental. Megaproyectos. Justicia Socioambiental.



INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira constitui, nas últimas décadas, um dos territórios mais disputados e politicamente sensíveis do planeta, sintetizando múltiplas pressões sobre recursos naturais, modos de vida tradicionais e dinâmicas de governança. Conforme observa Becker (2005), a região se tornou o principal “laboratório geopolítico do desenvolvimento brasileiro”, onde forças econômicas, estatais e sociais se confrontam na definição de novos usos do território. Essa disputa revela um campo de conflitos socioambientais que, como caracteriza Acsegrad (2010), emerge da colisão entre racionalidades distintas: indígenas, ribeirinhas, extrativistas, empresariais, governamentais, que estruturam formas divergentes de apropriação da natureza.

Grande parte da literatura clássica analisou esses conflitos a partir de megaprojetos: hidrelétricas, rodovias, hidrovias, mineração industrial e grandes empreendimentos logísticos. Autoras como Zhouiri (2011) e Edna Castro (2018) demonstram como tais projetos reordenam territórios, aprofundam desigualdades e produzem deslocamentos populacionais que fragilizam comunidades tradicionais. Todavia, uma dimensão igualmente estruturante permanece subteorizada: os microprocessos de expansão territorial, caracterizados por avanços pequenos, fragmentados e contínuos sobre áreas de floresta, frequentemente despercebidos pelo Estado e ausentes das estatísticas oficiais.

Esses microprocessos, aqui denominados microexpansões territoriais, manifestam-se por meio da abertura de ramais clandestinos, grilagem pulverizada, cercamentos pontuais, microgarimpos móveis, ocupações familiares dispersas e desmatamentos de pequena escala. Para Porto-Gonçalves (2006), essas “artes de ocupar o território” expressam estratégias cotidianas de poder que se combinam às grandes frentes de expansão, formando uma rede de pressões territoriais interdependentes. Já na perspectiva de Milton Santos (2002), tais dinâmicas revelam racionalidades conflitantes que se materializam no uso desigual do território, gerando novas espacialidades de exclusão.

A invisibilidade desses conflitos reforça aquilo que Fraser (2008) conceitua como injustiça bivalente: desigualdades materiais (perda de território, degradação ambiental, violências cotidianas) articuladas à negação do reconhecimento político e institucional dos grupos afetados.

Ou seja, não se trata apenas de perda física de território, mas do silenciamento das populações tradicionais na arena pública.

Ademais, conforme analisa Little (2006), conflitos amazônicos se intensificam quando redes econômicas formais e informais interagem na fronteira, produzindo ocupações transitórias, fluxos populacionais súbitos e pressões ambientais de baixa escala. Esses fenômenos, apesar de discretos individualmente, acumulam impactos expressivos ao longo do tempo, reconfigurando paisagens e alterando relações de poder em áreas antes protegidas.

Diante disso, este artigo propõe examinar a geopolítica das microexpansões territoriais e sua centralidade para compreender os conflitos socioambientais amazônicos contemporâneos. Para tanto, articula-se um referencial teórico que reúne contribuições de Becker, Castro, Acsegrad, Zhouiri, Porto-Gonçalves, Little, Milton Santos e Fraser, permitindo uma abordagem multiescalar e crítica dos processos de transformação territorial. A partir desse marco, serão analisados, no desenvolvimento, casos emblemáticos que expressam com nitidez a atuação dessas microexpansões no contexto amazônico atual.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise dos conflitos socioambientais na Amazônia exige um arcabouço teórico que consiga captar simultaneamente os processos macroscópicos de reconfiguração territorial e as dinâmicas microscópicas que operam na escala do cotidiano. A literatura clássica oferece bases robustas para interpretar as grandes frentes de expansão econômica, mas ainda carece de ferramentas conceituais que expliquem as transformações territoriais discretas, fragmentadas e invisibilizadas que vêm se intensificando nas últimas décadas. É nesse ponto que se insere a proposta analítica das microexpansões territoriais, cuja compreensão demanda a articulação crítica entre autores que tratam do território como construção política, do conflito como expressão de racionalidades divergentes e da injustiça como fenômeno ao mesmo tempo material e simbólico.

Becker e a Construção Geopolítica da Amazônia como Fronteira Estratégica

Os estudos de Bertha Becker (2005; 2012) constituem um marco fundamental para compreender a Amazônia como território de disputa geopolítica. Becker interpreta a região como

uma “fronteira estratégica” em permanente movimento, reconfigurada por políticas estatais, interesses corporativos, dinâmicas migratórias e fluxos transnacionais. Sua leitura enfatiza que grandes empreendimentos, rodovias, hidrelétricas, polos logísticos, produzem verdadeiros eventos territoriais, capazes de reorganizar redes econômicas, induzir ocupações e desencadear ciclos ampliados de uso do solo.

Essa perspectiva é essencial para sustentar que, embora as microexpansões territoriais pareçam fenômenos isolados e dispersos, elas não ocorrem à margem do sistema; ao contrário, são frequentemente acionadas ou potencializadas por transformações estruturais promovidas por projetos de grande escala. Assim, a fronteira estratégica de Becker funciona como matriz analítica para compreender a gênese dos processos microterritoriais contemporâneos.

Castro e as Dinâmicas Socioeconômicas da Expansão Pan-Amazônica

Nas análises de Edna Castro (2018), a expansão amazônica é interpretada como um conjunto complexo de práticas sociais, políticas e econômicas que operam simultaneamente em diferentes escalas. A autora evidencia que a ocupação da Amazônia não se dá de forma homogênea ou linear: ela resulta da interação entre agentes estatais, corporações transnacionais, migrantes, pequenos produtores, atravessadores e populações tradicionais.

Castro ilumina como a expansão produz texturas territoriais heterogêneas, constituídas por ocupações formais, assentamentos improvisados, frentes agrícolas, circuitos da economia ilegal e fluxos logísticos associados a grandes obras. Essa perspectiva fornece base sólida para interpretar as microexpansões territoriais como parte de um mosaico de iniciativas que, embora pequenas individualmente, configuram uma pressão cumulativa e constante sobre ecossistemas sensíveis.

Zhour i e a Crítica Estrutural ao Modelo Desenvolvimentista

Lúcia Zhour i (2011; 2018) aprofunda a crítica ao modelo de desenvolvimento que orienta a ação do Estado brasileiro na Amazônia, marcado pela lógica dos megaprojetos e pela produção sistemática de deslocamentos populacionais. Para a autora, tais projetos não apenas alteram paisagens físicas, mas instauram “regimes de exceção ambiental”, nos quais licenças, compensações e processos participativos são flexibilizados para viabilizar empreendimentos de

grande porte.

Essa crítica é central para compreender as microexpansões, pois o ambiente institucional permissivo gerado por grandes projetos, fragilização da governança, afrouxamento regulatório, naturalização de desigualdades, cria condições ideais para avanços territoriais de baixa escala. A leitura de Zhouri revela que, mesmo sem aparecer nas justificativas formais das políticas públicas, as microexpansões constituem efeito direto e estruturante das grandes obras.

Acselrad e o conflito como expressão de racionalidades antagônicas

A abordagem de Henri Acselrad (2010), ao definir os conflitos socioambientais como disputas entre grupos com diferentes capacidades de controlar o território e de influenciar decisões sobre recursos naturais, permite situar as microexpansões no campo das práticas que expressam racionalidades antagônicas. Mesmo quando não formalizados juridicamente, tais conflitos revelam assimetrias profundas na distribuição de poder e na capacidade de impor usos e sentidos ao território.

As microexpansões territoriais enquadram-se precisamente nesse ponto cego da governança ambiental: são disputas reais, com impacto material significativo, mas que não ingressam nos sistemas oficiais de resolução de conflitos. Elas representam a manifestação cotidiana da hegemonia territorial exercida por grupos com maior capacidade de agir na ausência regulatória do Estado.

Porto-Gonçalves e a Dimensão Política da Territorialidade Amazônica

Para Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), o território é sempre uma construção política atravessada por relações de poder, saberes e conflitos. Sua reflexão sobre territorialidades insurgentes e sobre a disputa entre racionalidades hegemônicas e contra-hegemônicas ilumina o caráter político das microexpansões. Pequenos cercamentos, ocupações dispersas e ramais clandestinos não são meros fatos espaciais: são estratégias políticas de apropriação territorial que, justamente por serem fragmentadas, ampliam a assimetria entre agentes formais e populações tradicionais.

Essa leitura permite compreender que as microexpansões são um mecanismo poderoso de reconfiguração territorial, pois operam na interseção entre informalidade, fragilidade regulatória e ausência do Estado, alterando a geopolítica local sem acionar os sistemas oficiais de controle.

Milton Santos e o Uso Desigual do Território Como Chave Interpretativa

A obra de Milton Santos (2002) é fundamental para entender o território como campo de coexistência e conflito entre múltiplas racionalidades: a técnica, a mercantil, a comunitária e a tradicional. Em seu conceito de “uso desigual do território”, Santos sustenta que a capacidade de transformar o espaço é distribuída de forma profundamente assimétrica.

Esse aporte teórico é crucial para compreender as microexpansões territoriais, pois revela que os avanços de pequena escala não ocorrem por acaso: eles resultam da capacidade diferenciada que certos grupos têm de impor usos ao território, seja por força econômica, por acesso a redes ilícitas ou por ausência de fiscalização estatal.

Little e a Fronteira Móvel dos Conflitos Socioambientais

Stephen Little (2006) contribui ao demonstrar que conflitos amazônicos, especialmente aqueles relacionados a garimpos e ocupações móveis, são estruturados pela mobilidade, flexibilidade e capacidade de adaptação dos agentes envolvidos. Suas análises sobre frentes de conflito revelam que atividades microterritoriais possuem alta capilaridade e geram transformações cumulativas.

Essa abordagem complementa diretamente o conceito de microexpansão territorial, ao evidenciar como pressões pequenas, mas contínuas, moldam a geografia dos rios, das florestas e das comunidades.

Fraser e a Injustiça Bivalente nos Conflitos Invisibilizados

A teoria de Nancy Fraser (2008) oferece o fechamento conceitual necessário para explicar por que as microexpansões permanecem invisíveis. Ao articular injustiça distributiva e injustiça de reconhecimento, Fraser mostra que certas formas de dominação ambiental desaparecem da esfera pública porque: atingem grupos subalternizados, operam fora dos mecanismos institucionais, são naturalizadas pelo discurso desenvolvimentista.

A partir dessa leitura, fica evidente que as microexpansões territoriais são um fenômeno político que combina violência estrutural, despossessão silenciosa e apagamento institucional.

ANÁLISE CRÍTICA DAS MICROEXPANSÕES TERRITORIAIS EM QUATRO CASOS ESTRUTURANTES DA AMAZÔNIA

(Belo Monte – BR-319 – Garimpo no Médio Madeira – Hidrovia do Tapajós)

A partir do referencial teórico construído, esta seção analisa quatro situações emblemáticas da Amazônia contemporânea, nas quais se evidencia a atuação intensiva das microexpansões territoriais como força estruturante de conflitos socioambientais. Cada caso revela como pequenos avanços, dispersos e silenciosos, reconfiguram territórios de forma cumulativa, ampliam desigualdades, produzem invisibilidade institucional e dão origem a novas geografias de pressão ambiental.

Os quatro casos selecionados: Usina Hidrelétrica de Belo Monte, BR-319, garimpo no Médio Madeira e a Hidrovia do Tapajós, representam diferentes modalidades de interação entre grandes empreendimentos e microdinâmicas territoriais. Em todos eles, observa-se um padrão comum: a infraestrutura de grande escala funciona como catalisadora de ocupações fragmentadas, estimulando práticas e dinâmicas que fogem ao controle do Estado.

Belo Monte: a Hidrelétrica como Motor de Microexpansões Derivadas

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no médio Xingu, tornou-se um marco paradigmático da política energética brasileira e um dos empreendimentos mais estudados da história amazônica. Entretanto, boa parte da literatura concentrou-se nos impactos diretos, tais como: remoções, reassentamentos, alteração hidrológica, judicialização, negligenciando aspectos fundamentais relacionados às microexpansões territoriais derivadas.

Após o início das obras, a região passou por: crescimento explosivo de assentamentos irregulares; abertura de loteamentos periféricos sem infraestrutura, expansão de ramais clandestinos, instalação de microgarimpos artesanais nas bordas das frentes de obra, avanço de ocupações familiares dispersas, desmatamento pulverizado vinculado à especulação fundiária.

Essas dinâmicas revelam aquilo que Becker denomina “territorialização induzida”: o grande projeto cria ambientes institucionais permissivos, atrai fluxos migratórios e reorganiza o sistema urbano-regional, estimulando ocupações fora do plano oficial.

Assim, Belo Monte não produziu apenas transformações energéticas, produziu nova geometria de ocupação, marcada pela reprodução de microexpansões contínuas que

reconfiguraram áreas urbanas e rurais muito além dos limites previstos pelo licenciamento ambiental.

O caso mostra que grandes obras inauguram ecologias sociais capazes de gerar ocupações fragmentadas, cuja intensidade supera os registros formais, criando conflitos invisíveis entre migrantes, ribeirinhos, indígenas e agentes econômicos locais.

BR-319: a Rodovia como Eixo Difusor de Ocupações Fragmentadas

A BR-319, ligando Manaus a Porto Velho, é o caso mais emblemático da relação entre infraestrutura viária e microexpansões territoriais na Amazônia contemporânea.

Ao contrário de Belo Monte, a BR-319 não depende de grandes estruturas físico-industriais: sua força transformadora está na capilaridade territorial que possibilita.

Estudos de diferentes instituições (INPE, IDESAM, UFAM) mostram que a reabertura e pavimentação da BR-319 geraram: abertura de mais de 1.000 km de ramais laterais não oficiais, surgimento de “núcleos de ocupação” em florestas públicas não destinadas, avanço da pecuária extensiva em microescala, desmatamento pulverizado ao longo de eixos secundários, aumento expressivo de loteamentos ilegais e sítios dispersos, circulação de agentes ligados à grilagem e economia ilegal.

A BR-319 exemplifica perfeitamente o que este artigo define como microexpansão catalisada. A estrada é o esqueleto; as microexpansões são os órgãos que crescem em torno dele.

Milton Santos nos ajuda a interpretar esse fenômeno: o território se transforma pelo uso desigual, e a estrada confere a certos grupos a capacidade de impor racionalidades mercantis sobre áreas antes inacessíveis.

A rodovia materializa uma fronteira móvel onde Estado, agentes ilegais, pequenos produtores e investidores atuam de modo assimétrico. Essa assimetria produz conflitos invisíveis entre ocupações recentes e populações tradicionais que ocupavam a área de modo contínuo.

Garimpo no Médio Madeira: Microexpansões Predatórias de Alta Capilaridade

O garimpo no Médio Madeira é um dos exemplos mais extremos de microexpansão territorial. Diferentemente de Belo Monte e da BR-319, aqui a pressão não depende de infraestrutura estatal: ela emerge da lógica interna do garimpo móvel, caracterizada por: unidades

produtivas pequenas, móveis e flexíveis, elevada capacidade de migração para novos pontos, redes informais de abastecimento e escoamento, baixa visibilidade institucional, altíssima capilaridade sobre rios, igarapés e florestas.

Como descreve Little, essas frentes móveis de exploração criam “territorialidades de fluxo”, onde a ocupação não é fixa, mas circulante. Cada balsa representa uma microexpansão, um ponto de pressão territorial, mas dezenas de balsas formam corredores contínuos de degradação.

Os impactos ambientais e sociais incluem: contaminação por mercúrio, destruição de leitos fluviais, conflitos com ribeirinhos e indígenas, violência armada vinculada ao controle dos pontos, degradação cumulativa invisível aos instrumentos formais de controle.

O garimpo no Médio Madeira aponta para uma dimensão central da tese deste artigo: microexpansões predatórias produzem transformações massivas sem aparecer nos marcos oficiais do conflito, pois sua natureza dispersa e temporária dificulta mapeamento e responsabilização.

Hidrovia do Tapajós: corredor logístico e a multiplicação silenciosa de pressões territoriais

A Hidrovia do Tapajós, frequentemente apresentada como obra “limpa” e de baixo impacto, constitui, na prática, um caso exemplar de microexpansão logística.

Ao reorganizar fluxos de grãos e cargas, a hidrovia induz uma série de transformações territoriais secundárias, entre elas: expansão de portos privados e pátios de estocagem, abertura de vicinais e ramais para acesso aos portos, aumento de assentamentos precários próximos às obras, pressão sobre terras indígenas e ribeirinhas, estímulo à especulação fundiária e ao desmatamento pulverizado, instalação de pequenos empreendimentos derivados (postos, barracões, transportadoras). O caso do Tapajós revela de forma clara aquilo que Zhoui denomina “geografia da desproteção”: grandes projetos desorganizam proteções territoriais e produzem condições para ocupações irregulares.

Mas, para este artigo, o ponto central é outro: a hidrovia cria zonas de microexpansão logística, não previstas no licenciamento, mas essenciais para viabilizar economicamente o sistema.

Essas zonas são marcadas por conflitos invisíveis entre agentes econômicos, comunidades tradicionais (ex.: Munduruku, Kayabi), pequenos produtores e redes ilegais que se beneficiam da ausência de controle estatal.

DISCUSSÃO INTEGRADA: MICROEXPANSÕES, CONFLITOS E GOVERNANÇA TERRITORIAL NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA

A análise dos quatro casos revela que as microexpansões territoriais não são fenômenos periféricos, acessórios ou laterais aos grandes empreendimentos: elas constituem o núcleo dinâmico da reconfiguração territorial amazônica na atualidade. Essa conclusão rompe com a interpretação tradicional, que associa o conflito socioambiental quase exclusivamente à implantação direta de megaprojetos. Ao contrário, o que se observa é que tais obras instauram condições estruturais — institucionais, logísticas, demográficas e econômicas, que catalisam e amplificam pressões territoriais de pequena escala, produzindo transformações profundas, porém invisibilizadas.

Microexpansões como Mecanismo Estrutural de Reconfiguração Espacial

Nos quatro casos analisados, as microexpansões atuam como um mecanismo estrutural que reorganiza o território por meio de forças aparentemente dispersas: em Belo Monte, pela proliferação de ocupações irregulares e pela expansão urbana não planejada, na BR-319, pelos ramais clandestinos e pelos núcleos de ocupação em florestas públicas não destinadas, no Médio Madeira, pela mobilidade dos microgarimpos e pela circulação clandestina de balsas, na Hidrovia do Tapajós, pelas microinfraestruturas logísticas e pela especulação territorial derivada dos portos. Essa convergência evidencia um padrão emergente: cada empreendimento territorializa uma “ecologia própria de microexpansões”, na qual múltiplos agentes, pequenos posseiros, grileiros, empresas, migrantes, garimpeiros, atravessadores, que operam sobre o território a partir de oportunidades abertas, deliberadamente ou não, pelos grandes projetos.

Assim, microexpansões não são “efeitos colaterais”, mas um modo de funcionamento da expansão capitalista na Amazônia, conforme já sugerido, ainda que de maneira fragmentada, por Becker, Castro e Porto-Gonçalves.

Invisibilidade Institucional como Tecnologia de Poder

A invisibilidade das microexpansões não é acidental; ela constitui, como observa Fraser, uma dimensão estrutural da injustiça bivalente. Os quatro casos demonstram que os impactos

mais relevantes não entram nas estatísticas formais porque: não são objetos de licenciamento ambiental, por não atingirem os limiares clássicos de impacto, não são suficientemente grandes para chamar atenção do Estado, embora seu efeito cumulativo seja profundo, ocorrem em áreas de fronteira institucional, onde fiscalização, presença estatal e governança territorial são precárias, são conduzidos por agentes com racionalidades híbridas, que transitam entre legalidade, informalidade e ilegalidade, produzem danos distribuídos, dificultando a mensuração e a responsabilização.

Nos quatro casos, essa invisibilidade funciona como uma verdadeira tecnologia de poder territorial, permitindo que fenômenos de baixa escala produzam, somados, uma transformação acelerada da paisagem, sem aparecer como “conflito oficial”.

É nesse ponto que a teoria de Fraser se articula com a de Acsehrad: há conflito, há disputa, há despossessão, mas o Estado não o reconhece como tal.

Microexpansões e o colapso da lógica de comando e controle

A governança ambiental brasileira, historicamente baseada em modelos de comando e controle, demonstra fragilidade estrutural diante das microexpansões. Isso ocorre porque: modelos tradicionais pressupõem impactos concentrados, passíveis de monitoramento, microexpansões, ao contrário, operam fora do radar, de forma distribuída, incremental e adaptativa, mecanismos de fiscalização e licenciamento não são desenhados para lidar com fragmentação, políticas ambientais trabalham com unidades territoriais fixas, mas a expansão microterritorial é móvel e mutável. Assim, quando se analisa Belo Monte, BR-319, Tapajós ou o Médio Madeira, percebe-se que o problema não é apenas a magnitude dos projetos, mas a incapacidade do Estado de regular aquilo que se reproduz nas margens, como um tecido vivo que se expande continuamente.

A Centralidade das Microexpansões na Produção de Injustiça Socioambiental

As quatro situações demonstram que microexpansões intensificam: deslocamentos indiretos (sem ressarcimento ou registro oficial), pressão sobre terras indígenas e ribeirinhas, desproteção social em zonas de expansão recente, conflitos silenciosos que não chegam ao sistema de justiça, erosão territorial que mina direitos coletivos. Essas formas de despossessão não são reconhecidas como “impacto” ou “conflito” porque operam fora das categorias tradicionais do direito e da política. Como aponta Porto-Gonçalves, a disputa territorial é sempre

uma disputa epistemológica: quem define o que é impacto, dano, uso legítimo do território e ocupação?

As microexpansões operam na fronteira dessa disputa, impondo racionalidades mercantis sobre territórios historicamente regidos por racionalidades comunitárias.

Articulação entre grandes obras e pequenas pressões: uma leitura multiescalar Integrando os quatro casos, emerge uma tese central: A Amazônia contemporânea não é reconfigurada apenas por megaprojetos, mas pelo entrelaçamento contínuo entre grandes empreendimentos e microexpansões territoriais. Belo Monte reorganizou fluxos urbanos; a BR-319 reorganizou fluxos migratórios; o garimpo reorganizou fluxos econômicos; a hidrovía reorganizou fluxos logísticos. Cada rearranjo abriu canais para microexpansões sucessivas.

Essa leitura multiescalar, Becker para o macro, Castro e Zhoui para o meso, Little, Santos e Porto-Gonçalves para o micro, sustenta que os conflitos amazônicos operam simultaneamente em todas as escalas. A inovação deste artigo consiste exatamente em demonstrar essa sinergia sistêmica, colocando as microexpansões no centro da análise socioambiental amazônica.

CONCLUSÃO

A investigação conduzida permite afirmar que a compreensão dos conflitos socioambientais na Amazônia exige deslocar o olhar para além dos megaprojetos e incorporar a análise das microexpansões territoriais como força estruturante da transformação espacial contemporânea. Os quatro casos analisados demonstram que grandes obras funcionam como catalisadoras de pressões difusas, invisíveis e cumulativas, que escapam à governança tradicional e reforçam desigualdades históricas.

Ao propor e desenvolver a categoria analítica de microexpansões territoriais, este artigo contribui para ampliar o repertório teórico dos estudos amazônicos, oferecendo uma lente capaz de integrar escalas macro, meso e micro na interpretação de conflitos. Os resultados indicam a necessidade urgente de políticas que reconheçam impactos indiretos, incorporem populações tradicionais nos processos decisórios e invistam em mecanismos de monitoramento territorial sensíveis à fragmentação espacial.

Reconhecer, mapear e politizar as microexpansões territoriais é condição indispensável para qualquer projeto de justiça socioambiental e de governança eficaz na Amazônia do século XXI.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- BECKER, Bertha K. **A geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: governança e desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CASTRO, Edna. **Sociedade, território e conflitos na Pan-Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2018.
- FRASER, Nancy. **Escalas de justiça**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Universidade de Brasília, Série Antropologia, n. 322, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- ZHOURI, Lúcia. **O desenvolvimento como processo civilizador: conflitos socioambientais na Amazônia brasileira**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, p. 77–89, 2011.
- ZHOURI, Lúcia; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos socioambientais: desafios para a sustentabilidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.